

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO INFERENCIAL NA EPISTEMOLOGIA DE CHARLES S. PEIRCE

Brief considerations on the inferential process in the Charles S. Peirce's epistemology

Marcelo Silvano Madeira*

Resumo: No que compete à História da Lógica, podemos divisar dois tipos de lógicos, a saber: aqueles que se valem de princípios psicológicos para o raciocínio e aqueles que não se valem de tais princípios. Charles S. Peirce pertenceu ao segundo grupo e, sobre o referido assunto, ele possuía determinada posição da qual nunca mudou de opinião, embora esta somente tenha se consolidado em sua maturidade quando estatuiu a sua Classificação das Ciências. Neste artigo, não lidaremos com esse Peirce maduro cujas concepções filosóficas já estão consolidadas. Nossa pesquisa abordará as raízes de sua filosofia, principalmente quanto a sua concepção do processo inferencial. Embora possa parecer um tema característico de Lógica, a questão que nos propomos é considerar como a mente humana munida do processo inferencial lida com a aquisição de conhecimento sem levar em consideração os aspectos psicológicos. Assim, partindo-se do pressuposto do aspecto não psicológico atribuído à lógica, procuraremos estabelecer os princípios que fundamentam a existência de um substrato de mesma natureza entre o conhecedor e o conhecido, de maneira que o produto adquirido, isto é, o conhecimento estabelecido na forma de um pensamento não se reduza a uma criação mental humana.

Palavras-chave: Epistemologia; Inferências Lógicas; Representação; Semiótica.

Abstract: Where it is pertinent to the History of Logic, we could discern two types of logicians, namely: those that accept psychological principles to the reasoning and those that not accept such principles. Charles S. Peirce belonged to the second group and, about such matter, he had a certain position which he never changed his opinion, although this have only be consolidated in his maturity when he conceived his Classification of Sciences. In this article, we will not deal with such mature Peirce whose philosophical concepts are already consolidated. Our research will approach the roots of his philosophy mainly as to his concept of inferential process. Although it could seem a characteristic theme of logic, the question that we are proposing is to consider as the human mind equipped with this inferential process deals with the acquisition of knowledge without take psychological aspects into consideration. Thus, starting from the assumption of the unpsychological aspect attributed to the logic, we will intend to establish the principles that ground the existence of a substrate of the same nature between the cognizant and the cognizable, in a such way the acquired product, that is, the knowledge established in the form of a thought not be reduced to a human mental creation.

Keywords: Epistemology; Logical Inferences; Representation; Semiotics.

* Doutorando do Programa de Estudos Pós-Graduados da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP) Bolsista Capes. Contato: marcelosmadeira@gmail.com

Introdução

O propósito deste artigo é apresentar, em linhas gerais, algumas considerações sobre o processo inferencial e o modo como este está inserido na filosofia de C.S. Peirce. Embora este tema possa ser remetido diretamente à Lógica, a pretensão aqui não é lidar com demonstrações esquemáticas, mas compreender o processo inferencial como base para a investigação e construção de uma teoria da significação, pois, cientes de que toda forma de conhecimento que pretenda ser levada a sério pressupõe uma lógica, assim, é no modo como esta se insere no processo cognitivo que estamos interessados, visto que o processo inferencial é o ponto fulcral na formulação de premissas que alimentam as nossas investigações, é certo que esse processo concebe certas regras que balizam a formulação de tais premissas.

Assim, nosso ponto de partida está centrado em alguns manuscritos elaborados por Charles S. Peirce e pertinentes à fase que Murray Murphey denomina de *Segundo Sistema*, em seu livro *The Development of Peirce's Philosophy*, que compreende os anos de 1862 a 1867¹. Nesse período, Peirce aprofundou seu conhecimento em lógica realizando estudos, principalmente, nas obras de Aristóteles e da Escolástica cujo fato evidenciará a passagem de um nominalismo influenciado por Kant para um realismo de cunho escotista, tão profundamente manifesto por Peirce durante toda a sua carreira.

1. O anti-psicologismo peirciano

Antes de abordarmos o tema aqui proposto, cumpre destacar um aspecto relevante que encontramos nos primeiros manuscritos sobre lógica elaborados por Peirce e que consideramos crucial para entendermos seu pensamento. Trata-se da refutação que ele faz aos aspectos psicológicos atribuídos à definição de lógica. Isto é evidenciado, sobretudo, na primeira palestra das assim denominadas *Harvard Lectures*, a qual servirá de fio condutor para o nosso estudo, bem como o manuscrito *An Unpsychological View of Logic to which are appended some applications of the theory to Psychology and other subjects*, ambos os manuscritos estão datados de 1865².

O propósito dessa refutação é eliminar todo grau de confusão que tais aspectos psicológicos possam imprimir no raciocínio científico, de modo a conceber objetivamente o raciocínio inferencial que subjaz ao próprio raciocínio científico. Para tanto, Peirce tem de, primeiramente, estabelecer o conceito de lógica como base para qualquer investigação. Porém, antes de apresentar sua definição de lógica, Peirce distingue os lógicos em duas classes e, conseqüentemente, dois tipos de lógica, tal como diz o autor:

¹ MURPHEY, M.G. *The Development of Peirce's Philosophy*. Indiana: Hackett Publishing Company, Inc. 1993, pp. 55-94.

² Esses manuscritos encontram-se publicados em *Writings of Charles S. Peirce – a Chronological Edition*, Volume I como descrito nas referências bibliográficas ao final deste artigo.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.6 – Nº.2	Novembro 2013	p.83-92
-----------------	-------------------	--------------	--------------	------------------	---------

They may however be divided into two classes; those which do not and those which do give to logic a psychological or human character³. [Ainda:] for logic does not consider how an object or idea may be presented but only how it may be represented⁴;

E por aspectos psicológicos atinentes à definição de lógica, Peirce entende o seguinte:

Logic has nothing at all to do with operations of the understanding, acts of the mind, or facts of the intellect. This has been repeatedly shown by the Kantians. But I will go a step further and say that we ought to adopt a thoroughly unpsychological view of logic, and that we may do so without entirely overturning established ideas⁵.

Após estabelecer essa distinção entre duas classes de lógicos e, conseqüentemente, duas classes de lógica, Peirce descaracteriza o aspecto psicológico através do estabelecimento do processo inferencial, estabelecendo, deste modo, sua visão não psicológica da lógica. O autor inicia sua argumentação sobre a concepção não psicológica da lógica valendo-se, como exemplo, de um silogismo e o qual por estar escrito no quadro negro não se reduz, exclusivamente, à forma meramente escrita, ao contrário, trata-se de uma forma de inferência mental isenta de aparato psicológico, de modo a se constituir não como uma forma de pensamento subjetivo, ao contrário, deve ser entendido como uma forma de um pensamento objetivo, destacando-se o aspecto de independência do pensamento para com a mente humana. Descrevendo-o como escrito num quadro negro, o silogismo passa a ter um caráter lógico específico. Ele poderá ser lido repetidamente, não importando a quantidade de vezes em que é lido, seu caráter lógico permanece o mesmo independentemente de quem o ler, quando o ler e se o ler. Por outro lado, enquanto permanecer no quadro, o silogismo reterá o mesmo caráter para quem o ler. Assim, Peirce salienta a independência do silogismo sustentada pelo que ele denomina de *determinador contínuo*. Diz Peirce: “Now a continual determinant of a form is that in which the form inheres by the definition of the relation of *substantia et accidens*. Hence, this logical character belongs to what is written on the board at least as much as to our thought⁶.” Esse determinador contínuo é a forma que garante não só a independência do silogismo, mas também permite que ele seja compreendido pelo pensamento, sem desconsiderar que ele é, também, uma forma de pensamento. Diz Peirce: “My thought when I wrote it was a different event from each one of your thoughts, and your thoughts will be each different if you read it again from what they were when you read it just now. The thoughts were many, but this form was one”⁷.

³ PEIRCE, C.S. *Writings of Charles S. Peirce – A Chronological Edition*. Vol. 1. Edited by Nathan Houser. Bloomington: Indiana University Press. 1982, p. 163.

⁴ PEIRCE, C.S. *Writings of Charles S. Peirce – A Chronological Edition*. Vol. 1. Edited by Nathan Houser. Bloomington: Indiana University Press. 1982, p. 163.

⁵ PEIRCE, C.S. *Writings of Charles S. Peirce – A Chronological Edition*. Vol. 1. Edited by Nathan Houser. Bloomington: Indiana University Press. 1982, p.164.

⁶ PEIRCE, C.S. *Writings of Charles S. Peirce – A Chronological Edition*. Vol. 1. Edited by Nathan Houser. Bloomington: Indiana University Press. 1982, p. 165.

⁷ PEIRCE, C.S. *Writings of Charles S. Peirce – A Chronological Edition*. Vol. 1. Edited by Nathan Houser. Bloomington: Indiana University Press. 1982, p. 165.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.6 – Nº.2	Novembro 2013	p.83-92
-----------------	-------------------	--------------	--------------	------------------	---------

Visto deste modo, Peirce estabelece um elemento externo à mente humana que se caracteriza como conatural ao pensamento ou é da natureza do próprio pensamento. Quanto a isto, devemos considerar que o autor distingue, assim, de dois modos a natureza do pensamento, a saber:

Thought in general too is a very different thing from a thought in the mind. In the first place, it does not exist in the individual mind but is common to you and me. In the second place it is prescinded from intuition and so reduced to an *ens rationis* which is one of Kant's for species of nothing⁸.

Entretanto, essa distinção a qual ele classificou como pensamento em geral (objetivo) e pensamento na mente (subjetivo) não conduz a uma dualidade entre sujeito e objeto nos moldes cartesianos. Ao contrário, ela permite estabelecer que a forma atribuída ao objeto externo à mente pertence exclusivamente a ele (objeto), porém essa forma é de natureza mental, isto é, eidética, e essa forma pode ser adquirida pela mente humana devido ao seu caráter abstrativo que estabelece uma relação de correspondência entre o objeto observado e a mente. Em suma, Peirce conclui suas objeções afirmando que:

The psychological view is that these forms are only realized in thought, and that language is essential to thought. The unpsychological view is that they are forms of all symbols whether internal or external but that they only are by virtue of possible thought. In short, I say that the logical form is already realized in the symbol itself; the psychologists say that it only realized when the symbol is understood⁹.

Assim, embora a forma lógica seja percebida na linguagem, ela não se reduz somente a ela. A forma lógica está contida tanto no objeto (isto é, o silogismo expresso na forma linguística) quanto no próprio pensamento, considerando-a como geral e não pertinente, meramente, à mente humana. Ainda sobre este tema, Peirce destaca três vantagens que uma lógica não psicológica possui sobre a psicológica.

Na primeira vantagem, Peirce afirma que nenhuma ciência adota conceitos diferentes daqueles do seu escopo de investigação, ou seja, uma ciência deve adotar os conceitos que são pertinentes ao seu objeto de estudo, desconsiderando qualquer elemento subjetivo que possa ser incutido nessa ciência. Desse modo, ao ver do autor: “In the same way logic needs no distinction between the symbol and the thought; for every thought is a symbol and the laws of logic are true of all symbols¹⁰.”

Quanto a segunda vantagem, Peirce faz dela uma crítica ao conceito de Lógica de Stuart Mill. Não está no escopo deste artigo dedicar-se a essa crítica, mas destacaremos apenas aquilo que é pertinente a essa segunda vantagem atribuída por Peirce. Ao ver de Peirce, a concepção da lógica de Mill é a instauração de uma falácia como modo de pensar. Consideremos, apenas, que Peirce não é

⁸ PEIRCE, C.S. *Writings of Charles S. Peirce – A Chronological Edition*. Vol. 1. Edited by Nathan Houser. Bloomington: Indiana University Press. 1982, p. 311.

⁹ PEIRCE, C.S. *Writings of Charles S. Peirce – A Chronological Edition*. Vol. 1. Edited by Nathan Houser. Bloomington: Indiana University Press. 1982, pp. 165-166.

¹⁰ PEIRCE, C.S. *Writings of Charles S. Peirce – A Chronological Edition*. Vol. 1. Edited by Nathan Houser. Bloomington: Indiana University Press. 1982, p. 166.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.6 – Nº.2	Novembro 2013	p.83-92
-----------------	-------------------	--------------	--------------	------------------	---------

muito minucioso quanto a essa crítica, a qual necessita de um pouco mais de esclarecimento. Apesar disso, não deixaremos de expor que o autor considera que quando Mill afirma que as leis da lógica são leis do pensamento e, por serem desse modo, elas devem servir de estimativa à comprovação, ou seja, tais leis estariam a colocar, segundo Peirce, o “[...] the subject of fallacies has occupied a prominent place [...]”¹¹, falseando não só a posição de Mill mas, também, que os lógicos psicológicos, como um todo, não concebem que tais leis “[...] apply not merely to what can be thought but to whatever can be symbolized in any way”¹².

Na terceira vantagem, Peirce dedica-se à investigação do sujeito do pensamento no modo como ele é constituído e representado. Ele comenta que os próprios lógicos psicólogos têm problemas com relação a esse tema, pois “The psychologists are very apt to fall into notions which are compatible with regarding logical truths as derived empirically from the observation of the mind”¹³. Para resolver essa questão, Peirce faz um caminho inverso retornando à metafísica. Mas não se trata da metafísica de estirpe cartesiana de seu tempo, que distinguia a existência de dois mundos, interno e externo, totalmente distintos e diferentes entre si. A metafísica concebida por Peirce toma por base dois tipos de autoconhecimento (*self-knowledges*). Estes, por sua vez, são concebidos como autoconhecimento imediato e autoconhecimento mediato. Assim, em que consiste cada um deles?

Podemos dizer que tanto o autoconhecimento imediato quanto o autoconhecimento mediato estão diretamente relacionados ao mundo interior e mundo exterior e, conseqüentemente, podemos relacioná-los, também, às formas de pensamento subjetivo e objetivo, mencionadas anteriormente, de maneira que o pensamento objetivo corresponde ao autoconhecimento mediato e o pensamento subjetivo ao autoconhecimento imediato. Assim, o autor começa por definir o autoconhecimento mediato ou como ele próprio diz o “conhecimento mediato do *self*”¹⁴. Este não consiste no conhecimento do mundo interno, nem é algo que se apresenta para nós, ao contrário, trata-se de “[...] is a mere product of active thought”¹⁵. Por pensamento ativo, Peirce entende aquela forma de pensamento objetivo que não está constituída no sujeito, mas que por ele pode ser compreendido. Ele continua sua argumentação, concebendo-a como um juízo, e como todo juízo, necessita de uma condição de consistência que traduza a multiplicidade à qual se refere, para uma unidade pensável que pode ser abstraída. Nas palavras de Peirce: “We find that every judgment is subject to a condition of consistency; its elements must be capable of being brought to a unity. This consistent unit since it

¹¹ PEIRCE, C.S. *Writings of Charles S. Peirce – A Chronological Edition*. Vol. 1. Edited by Nathan Houser. Bloomington: Indiana University Press. 1982, p. 166.

¹² PEIRCE, C.S. *Writings of Charles S. Peirce – A Chronological Edition*. Vol. 1. Edited by Nathan Houser. Bloomington: Indiana University Press. 1982, p. 167.

¹³ PEIRCE, C.S. *Writings of Charles S. Peirce – A Chronological Edition*. Vol. 1. Edited by Nathan Houser. Bloomington: Indiana University Press. 1982, p. 167.

¹⁴ PEIRCE, C.S. *Writings of Charles S. Peirce – A Chronological Edition*. Vol. 1. Edited by Nathan Houser. Bloomington: Indiana University Press. 1982, p. 167.

¹⁵ PEIRCE, C.S. *Writings of Charles S. Peirce – A Chronological Edition*. Vol. 1. Edited by Nathan Houser. Bloomington: Indiana University Press. 1982, p. 167.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.6 – Nº.2	Novembro 2013	p.83-92
-----------------	-------------------	--------------	--------------	------------------	---------

belongs to all our judgments may be said to belong to us¹⁶.” Aqui, mais uma vez, Peirce exalta o caráter de independência atribuído a essa forma de pensamento, entretanto, o autor insere o autoconhecimento imediato como o mundo do *self* e este com o mundo dos sentimentos. Mas, não há unidade neste mundo pois, ao contrário, o autor assevera que é a unidade que contém os sentimentos, o que o leva a concluir que o mundo do *self* contém instâncias de *self*, quando afirma que:

We know our feelings immediately; we also know what is before us in space immediately. But nevertheless we do not distinguish what is within from what is without immediately; for this distinction implies an act of comparison the product of which requires to be known before we can judge that the inner is not the outer¹⁷.

A afirmação de que no autoconhecimento imediato os mundos exterior e interior não se distinguem, significa que essa imediação é caracterizada pela ausência de tempo e a qual, posteriormente, o autor irá caracterizar como categoria de Primeiridade. Por outro lado, quanto ao juízo, Peirce atribui a função mediadora entre mundo interior e mundo exterior e, enquanto tal, o juízo possui caráter inferencial e se constitui na forma de uma representação, porém trata-se aqui de uma representação de caráter abstrativo trazendo a multiplicidade externa para uma unidade interior. Nas palavras do autor: “[...] one thing will be admitted namely that the representation of the distinction between the two is a judgment. Furthermore it is a judgment which involves abstraction¹⁸.” Dentro deste contexto, a memória possui um papel fundamental. Embora Peirce a conceba como uma faculdade mecânica, isenta de sentimento ou consciência, segundo o autor, é uma faculdade que permite a recordação ou reconhecimento daquilo que está interiorizado. A inserção da memória aqui se faz com o intuito de compará-la com o tempo, pois diz o autor que memória e tempo são de mesma natureza interna e essenciais para a construção de conhecimento. Diz Peirce: “The inward world is then the world of memory for it is clear that we can remember nothing except what is within. But the world of *memory* is the world of time; hence the inward world and the world of time are the same¹⁹.”

Vimos, assim, que não há distinção imediata entre o conhecimento mundo interno do conhecimento do mundo externo, mas que conhecimento mediato destes dois mundos é da natureza de um juízo cuja coexistência de ambos é feita através de uma sobreposição entre eles. Por sua vez, Peirce adiciona a coexistência deles um terceiro mundo, o qual é de natureza Ideal. Segundo Peirce: “There is a third world, besides the inner and the outer; and all three are coëxtensive and contain every experience²⁰.” A partir deste ponto, o autor explicitará o papel da experiência como relevante na

¹⁶ PEIRCE, C.S. *Writings of Charles S. Peirce – A Chronological Edition*. Vol. 1. Edited by Nathan Houser. Bloomington: Indiana University Press. 1982, p. 167.

¹⁷ PEIRCE, C.S. *Writings of Charles S. Peirce – A Chronological Edition*. Vol. 1. Edited by Nathan Houser. Bloomington: Indiana University Press. 1982, pp. 167-168.

¹⁸ PEIRCE, C.S. *Writings of Charles S. Peirce – A Chronological Edition*. Vol. 1. Edited by Nathan Houser. Bloomington: Indiana University Press. 1982, p. 168.

¹⁹ PEIRCE, C.S. *Writings of Charles S. Peirce – A Chronological Edition*. Vol. 1. Edited by Nathan Houser. Bloomington: Indiana University Press. 1982, p. 168.

²⁰ PEIRCE, C.S. *Writings of Charles S. Peirce – A Chronological Edition*. Vol. 1. Edited by Nathan Houser. Bloomington: Indiana University Press. 1982, p. 168.

aquisição de conhecimento, pois toda experiência possui três determinações, a saber: (i) determinação externa: percepção de um objeto externo para nós (noção de extensão no espaço); (ii) determinação interna: percepção do próprio espírito (noção de existência interna); e (iii) determinação da experiência: como a modificação do espírito através da verificação empírica com o objeto e que, nas palavras de Peirce: “[...] it may be and is naturally regarded as also a determination of an idea of the Universal mind²¹.”

2. Os Três modos inferenciais

Até o momento destacamos os motivos pelos quais Peirce diverge da maioria dos lógicos de sua época, fato este que o levou a elaborar uma Lógica apartada da Psicologia. Entretanto, não é nosso propósito nos aprofundar no estudo dela, mas, apenas ressaltar os três modos inferenciais que estão nela contidos e os quais serviram de base para sua epistemologia. Assim, ao excluir os aspectos psicológicos da lógica, Peirce muda o foco do raciocínio inferencial, saindo do polo subjetivo para se fixar no polo objetivo, pois como bem lembra Carolyn Eisele, “Peirce believed that all knowledges comes to us by observation [...]”²².

Em linhas gerais, os três modos inferenciais são denominados de: Hipótese (posteriormente denominada de Abdução ou Retrodução), Dedução e Indução, estas duas últimas já velhas conhecidas da lógica, ficando a novidade apenas para a primeira. Neste primeiro tipo de inferência, a Hipótese, a premissa não possui verdade ou falsidade, há, apenas, uma premissa passível de verificação empírica, ressaltando que essa verificação deve ser considerada a longo prazo. Trata-se, como diz Eisele, do “[...] process of forming an explanatory hypothesis, and is justified by its explaining an observed fact [...]”²³. Estabelecida a inferência hipotética, concebe-se o segundo modo inferencial, ou seja, a Dedução — a única que possui a natureza necessária do raciocínio matemático — que estabelece a consequência necessária a partir das premissas levantadas cujo resultado obtido seria algo do tipo de uma teoria e que servirá à verificação a longo prazo. O terceiro tipo de inferência, a saber, a Indução, fará a mensuração da concordância entre essa teoria estabelecida com o fato observável. Em suma, apelamos mais uma vez para as palavras de Eisele: “As the prediction of effects is accomplished by deduction the discovery of causes by abduction, so the discovery of laws is accomplished by induction”²⁴.

²¹ PEIRCE, C.S. *Writings of Charles S. Peirce – A Chronological Edition*. Vol. 1. Edited by Nathan Houser. Bloomington: Indiana University Press. 1982, p. 169.

²² EISELE, C. *Studies in the Scientific and Mathematical Philosophy of Charles S. Peirce*. Edited by R.M. Martin, New York: Mouton Publishers. 1979, p. 110.

²³ EISELE, C. *Studies in the Scientific and Mathematical Philosophy of Charles S. Peirce*. Edited by R.M. Martin, New York: Mouton Publishers. 1979, p. 111.

²⁴ EISELE, C. *Studies in the Scientific and Mathematical Philosophy of Charles S. Peirce*. Edited by R.M. Martin, New York: Mouton Publishers. 1979, p. 112.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.6 – Nº.2	Novembro 2013	p.83-92
-----------------	-------------------	--------------	--------------	------------------	---------

Assim definidos os três modos inferenciais, voltamos, agora, nossa atenção para aquilo que Peirce buscou em sua investigação sobre o que é racional nesses modos inferenciais e o qual ele denominou como fundamento lógico das inferências. Diz o autor: “We come now to the question, what is the *rationale* of these three kinds of reasoning. [...] What we seek is an explicit statement of the logical ground of these different kinds of inference²⁵.”

E, afinal, o que Peirce entende por fundamento lógico das inferências? De maneira sucinta, Peirce classifica o fundamento lógico em duas partes, a saber: a primeira parte consiste no fundamento de possibilidade, que é aquela propriedade do símbolo na qual a inferência se sustenta e o qual deve ser descoberto e demonstrado; e a segunda parte consiste no fundamento de procedimento que é aquela propriedade do símbolo que deriva uma inferência de certas premissas. Entretanto, nesta última, não há a necessidade de que esse fundamento preencha todas as características do sujeito. Dissemos anteriormente que Peirce estabeleceu três tipos de inferências distintas e, desse modo, cada uma delas possui um fundamento de possibilidade diferente uma da outra. Assim, o que cumpre destacar desses princípios lógicos é que: “As logical principles, they will not relate to the symbol in itself or in its relation to equivalent symbols but wholly in its relation to what it symbolizes. In other words it will relate to the symbolization of objects²⁶.”

Observemos que Peirce estabelece uma relação objetiva entre símbolo e objeto a qual consiste em uma relação direta entre ambos, na qual o símbolo possui caráter conotativo e denotativo do significado proporcionado por essa relação. Por outro lado, devemos destacar, ainda, o aspecto universal que pode ser atribuído ao símbolo. Nas palavras de Peirce:

Finally, these principles as principles applying not to this or that symbol, form, thing, but to all equally, must be universal. And as grounds of possibility they must state what is possible. Now what is the universal principle of the possible symbolization of symbols? It is that all symbols are symbolizable. And the other principles must predicate the same thing of forms and things²⁷.

Considerando-se isto, vimos que o processo de aquisição do conhecimento parte da observação de um fenômeno ou objeto externo à mente cuja significação é resultado de um processo inferencial e não intuitivo, isto é, o conceito não surge de uma intuição, ao contrário, surge de uma inferência mental que busca no objeto visualizado os elementos que podem ser abstraídos e inferidos hipoteticamente e após a verificação em longo prazo, o resultado obtido é sintetizado em um símbolo ao qual lhe corresponde e assume o caráter universal. Como nas palavras de Murphey: “But if in fact the significance of propositional form depends upon its use in inference, then the correctness of *this*

²⁵ PEIRCE, C.S. *Writings of Charles S. Peirce – A Chronological Edition*. Vol. 1. Edited by Nathan Houser. Bloomington: Indiana University Press. 1982, p. 183.

²⁶ PEIRCE, C.S. *Writings of Charles S. Peirce – A Chronological Edition*. Vol. 1. Edited by Nathan Houser. Bloomington: Indiana University Press. 1982, p. 183.

²⁷ PEIRCE, C.S. *Writings of Charles S. Peirce – A Chronological Edition*. Vol. 1. Edited by Nathan Houser. Bloomington: Indiana University Press. 1982, p. 184.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.6 – Nº.2	Novembro 2013	p.83-92
-----------------	-------------------	--------------	--------------	------------------	---------

classification depends upon the further premisses that all thought is inference and that these particular forms are necessary for inference.²⁸”

Entretanto, não devemos nos esquecer de que esses símbolos universais são da natureza do pensamento, e como dissemos anteriormente, eles são da natureza do pensamento em geral, distinto do pensamento subjetivo, mas este segundo é capaz de apreender o primeiro através de um processo abstrativo mediado na forma do símbolo. Assim, para sabermos como pensamos temos de distinguir entre pensamentos em geral e pensamentos na mente. Neste período, o autor não apresenta uma definição explícita do que ele entende por mente, mas, em princípio, tudo indica que a mente individual é da mesma natureza do pensamento em geral, entretanto, pois para nos aprofundarmos nesse tema teríamos de adentrar às doutrinas do Evolucionismo e da Cosmologia, mas as quais Peirce só desenvolveu posteriormente ao período que abordamos aqui. Desse modo, o que nos compete aqui é entender que a mente humana apreende e compreende o símbolo através de um processo abstrativo no qual a forma interiorizada é da ordem de uma representação.

Do ponto de vista da linguagem, pode-se fazer a seguinte distinção entre o objeto e a sua representação (símbolo), tal como destacado pelo autor: “The word *horse*, is thought of as being a word though it be unwritten, unsaid, and unthought. It is true, it must be considered as having been thought; but it need not have been thought by the same mind which regards it as being a word²⁹.” De outro modo, embora a palavra cavalo ainda que não tenha sido pensada, falada e escrita, do mesmo modo ela se referirá a um objeto externo, que é distinto daquela representação. O cavalo enquanto animal físico é diferente da palavra, que é um termo abstrato, embora esse termo abstrato não só denote o objeto, mas também o conote. Portanto, a definição de uma palavra depende da existência de um objeto externo para que seja atribuído significado ao que aquela palavra irá representar. Tal como afirma Hookway: “When Peirce claims that all thoughts are signs, he means that the analytical framework introduced to account for the working of ordinary natural, conventional and linguistic signs can be used to describe and explain mental phenomena³⁰.”

Por outro lado, Peirce reconhece o caráter de imperfeição que a palavra pode ter diante do objeto que ela representa, pois a representação coloca-se no lugar do ser como uma cópia deste e não o substitui, apenas o representa. Esse caráter de imperfeição se faz na medida em que ao se pensar o objeto, no caso o cavalo, o modo como o pensamos é atribuir a ele determinados acidentes que não se revelam no seu significado geral. Enquanto representação, diz o autor: “Now so far as a representation

²⁸ MURPHEY, M.G. *The Development of Peirce's Philosophy*. Indiana: Hackett Publishing Company, Inc. 1993, p. 56.

²⁹ PEIRCE, C.S. *Writings of Charles S. Peirce – A Chronological Edition*. Vol. 1. Edited by Nathan Houser. Bloomington: Indiana University Press. 1982, p. 169.

³⁰ HOOKWAY, C. *Peirce*. Great Britain: Routledge. 1992, p. 33.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.6 – Nº.2	Novembro 2013	p.83-92
-----------------	-------------------	--------------	--------------	------------------	---------

is true to the thing it represents—that is, so far as it is a representation—it is perfect and therefore for all such purposes as depend upon this attribute of it exclusively, it is the same thing³¹.”

Considerações Finais

A resolução do problema causado pelo psicologismo se dará através do modo como criamos representações mentais de fenômenos externos. A eliminação do psicologismo na lógica é feita através não só de uma lógica de caráter objetivo, mas, também, na concepção de uma teoria geral da representação, cujas representações são resultados de processos inferenciais e concebidas como símbolos. Embora neste período a teoria geral da representação ainda esteja em gênese, e a qual posteriormente será denominada de Semiótica, Peirce esboça os primeiros elementos que lhes são pertinentes ao apresentar os tipos de relações que envolvem tanto o objeto quanto aquilo que os representa. Quanto a essa concepção inicial, Peirce concebe três classes de signos, a saber: o primeiro signo que remete a uma relação com a ideia pura ou logos e pode ser entendido como uma relação de primeira pessoa; o segundo signo, uma relação com a consciência como ser pensável ou uma relação de segunda pessoa, e; o terceiro signo como a relação com o objeto, uma relação de terceira pessoa. Embora Peirce tenha concebido três formas distintas de relações, elas atuam como uma forma coesa cuja violação de uma anulará as demais, tornando, assim, o símbolo sem sentido.

Por fim, antes de concluirmos este artigo, não devemos nos esquecer de que Peirce atribuirá o termo Semiótica também à sua lógica, e por lógica o autor entende “[...] the science of the conditions which enable symbols in general to refer to objects³².”

Referências Bibliográficas

- EISELE, C. *Studies in the Scientific and Mathematical Philosophy of Charles S. Peirce*. Edited by R.M. Martin, New York: Mouton Publishers. 1979.
- HARRIS, J.F. & HOOVER, K. Abduction and The New Riddle of Induction. In: FREEMAN, E. (ed.). *The Relevance of Charles Peirce*. La Salle: The Hegeler Institutte. 1983.
- HOOKWAY, C. *Peirce*. Great Britain: Routledge. 1992.
- KNEALE, W. *O Desenvolvimento da Lógica*. Trad. M.S. Lourenço. 2 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1980.
- MURPHEY, M.G. *The Development of Peirce's Philosophy*. Indiana: Hackett Publishing Company, Inc. 1993.
- PEIRCE, C.S. *Writings of Charles S. Peirce – A Chronological Edition*. Vol. 1. Edited by Nathan Houser. Bloomington: Indiana University Press. 1982.

Recebido em: 22/07/2013.

Aprovado para publicação em: 28/08/2013.

³¹ PEIRCE, C.S. *Writings of Charles S. Peirce – A Chronological Edition*. Vol. 1. Edited by Nathan Houser. Bloomington: Indiana University Press. 1982, p. 314.

³² PEIRCE, C.S. *Writings of Charles S. Peirce – A Chronological Edition*. Vol. 1. Edited by Nathan Houser. Bloomington: Indiana University Press. 1982, p. 175.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.6 – Nº.2	Novembro 2013	p.83-92
-----------------	-------------------	--------------	--------------	------------------	---------